



No documento final do 26º Congresso Nacional, os jornalistas reafirmam o compromisso com a defesa da liberdade de expressão e de imprensa e com o direito à informação. cadernos do terceiro mundo reproduz os principais trechos do documento

Carta de Curitiba

- As eleições deste ano assumem um caráter decisivo, à medida que oferecem a oportunidade para que sejam impulsionadas as mudanças reivindicadas pela sociedade. A partir do histórico processo de *impeachment* de Collor, que se transformou num marco desta luta contra a corrupção, tornando o Estado refém dos interesses privados, a sociedade passou a exigir profundas mudanças na estrutura política brasileira. A despeito dessa vitória, o projeto neoliberal continua sendo implementado. As necessárias reformas do papel do Estado devem colocá-lo a serviço dos interesses de toda a população.

- Entendemos que as mudanças reivindicadas pela sociedade só virão pelas mãos de um governo profundamente identificado com as aspirações populares. Por esta razão, refutamos as composições políticas articuladas pelas forças conservadoras com o claro objetivo de perpetuar privilégios e preservar o *status quo*. A sociedade não tolera mais a repetição de pactos das elites que pretendam esvaziar os movimentos populares, como ocorreu há dez anos, na histórica campanha das diretas para presidente. Só terá êxito um governo com forte base de apoio na sociedade civil organizada.

- A luta contra a inflação não pode dar lugar a manipulações eleitoreiras que só conduzirão o povo a novas frustrações. Neste sentido, alertamos a sociedade para o plano de estabilização econômica que vem sendo implantado pelo governo, distante dos interesses sociais, penalizando os assalariados e a população de um modo geral.

- A democracia só pode ser fortalecida mediante o respeito às regras democráticas. Para tanto, é fundamental garantir a lisura do processo eleitoral, por meio de uma atuação vigorosa da Justiça Eleitoral no sentido de coibir as práticas de abuso econômico e a manipulação do processo político pelos meios de comunicação social. Os jornalistas assumem o compromisso de desenvolver uma eficaz ação pela ética na campanha eleitoral, fiscalizando a atuação da mídia. Entendemos que, sobretudo as emissoras de rádio e TV – concessões do Poder Público – devem assegurar a pluralidade e o direito de manifestação aos diferentes segmentos da sociedade.

- Verificamos com preocupação a tendência da oligopolização dos meios de comunicação de massa no país. A concentração da sociedade dos veículos de comunicação existentes torna-se uma permanente ameaça à liberdade de imprensa e ao próprio regime democrático. Insistimos na necessidade inadiável de instalação do Conselho de Comunicação Social, que pode transformar-se num poderoso instrumento de participação da sociedade na definição de políticas democráticas para a estratégica área da comunicação. Reivindicamos do Congresso Nacional medidas moralizadoras na análise dos processos de outorga e renovação de concessões.

- A liberdade de imprensa não se encerra nos estreitos limites da liberdade de empresa, como querem os apologistas do neoliberalismo. O livre mercado não assegura a pluralidade da informação. Por esta razão, reafirmamos a necessidade de se criar no país um Sistema Público, complementar aos sistemas privado e estatal, nos termos da Constituição.

- As insistentes pressões dos setores patronais a favor da desregulamentação da profissão do jornalista constitui-se numa permanente ameaça à organização da categoria. Rejeitamos as constantes campanhas orquestradas por setores empresariais da área de comunicação pelo fim da exigência do diploma para o registro profissional.

- Por fim, nós, jornalistas, assumimos compromisso público com a construção da cidadania plena, que implica a garantia das liberdades fundamentais e de condições dignas de vida para todos os brasileiros. Entendemos que todas as iniciativas que visem a mobilizar a sociedade em torno deste objetivo merecem o engajamento dos jornalistas.

Curitiba, 23 de abril de 1994.